

Parte 5

Psicologia social e método

A psicologia social como projeto utópico

Gustavo Martineli Massola

O tema geral deste livro propõe que se reflita sobre as significações do hífen presente na expressão (adaptada) “psico-social”. Trata-se de um tema da máxima relevância, sem dúvida, especialmente no momento em que as discussões de fundo sobre os variados campos da ciência parecem perder lugar para seus frutos tecnológicos. Isso, infelizmente, também constitui uma característica contemporânea da psicologia. O presente trabalho parte do princípio de que a questão do *hífen* pode ser proveitosamente entendida como uma busca pelo objeto da psicologia social e, sem pretender esgotar a questão, será aqui discutida tomando-a neste sentido.

É comum encontrarmos alunos de graduação com dificuldade para responder a esta pergunta aparentemente simples: o que estuda a psicologia social? Isso deve nos dizer algo sobre nossa área de atuação. A situação parece mais complicada quando encontramos alunos de pós-graduação com a mesma dificuldade. Mas tudo se torna nebuloso quando profissionais deste campo apresentam dificuldade semelhante. Como consequência, temos que admitir, por simplicidade, que há algo no próprio campo do conhecimento que explica este estado de coisas. Além disso, temos que admitir que há algo neste campo que explica a necessidade de perguntar por seu objeto. Esta necessidade deve ser de ordem geral nas disciplinas científicas e as respostas devem ter grau variável de dificuldade. Adorno (1995) entende que a definição dos termos *sujeito* e *objeto* apresenta uma dificuldade filosófica fundamental: se se quisesse definir ambos os termos, cair-se-ia em uma aporia que se junta à problemática do definir, continuamente retomada pela filosofia moderna desde Kant. É que, de certa maneira, os conceitos de sujeito e de objeto – ou melhor, aquilo a que se referem – têm prioridade sobre qualquer definição. Definir é o mesmo que capturar – objetividade, mediante o conceito fixado, algo objetivo, não importa o que isto seja em si. Daí a resistência de sujeito e objeto a se deixarem definir (p. 182).

Mas a psicologia social parece especialmente fadada a eludir respostas simples.

Da mesma forma que a resposta simples à pergunta pelo objeto da biologia seria “a vida” – até que novamente se pergunte sobre o que “é” a vida –, a resposta simples à pergunta pelo objeto da psicologia social remete à relação entre psicologia e sociologia ou entre indivíduo e sociedade. Esta resposta, porém, não nos permite avançar muito na compreensão desta área do conhecimento e parece soar aos alunos e estudiosos da área como uma fórmula vazia, repetida ao infinito. Como se dá esta relação e o que significam exatamente os termos relacionados permanecem como problemas inexplicados nesta fórmula.

Uma resposta possível é dizer que não há uma única psicologia social, e sim várias, porque várias são as psicologias. Desta forma, estamos eximidos de buscar uma resposta geral para aquele problema. Mas essa resposta tem dois problemas: admitir sem questionamento que a psicologia social é uma subárea da psicologia – e, por consequência, que seus problemas teóricos derivam desta outra área – e, se supusermos que há várias psicologias sociais distintas, não explicar por que dar um mesmo nome para elas. Assim, uma psicologia social psicanalítica pode ser distinta de uma psicologia social humanista – mas por que chamá-las a ambas de “psicologia social”? O que essa resposta não explica é se há algo que unifica o campo da psicologia social em suas várias abordagens e se há algo que unifica o campo da psicologia. Gostaríamos de defender que há. Isso torna possível saber se uma teorização pode recair no campo da psicologia social ou não.

Também não nos parece adequado fazer como os manuais recentes, que identificam o campo com os temas que ele estuda. Um livro como o de Myers (2000, p. xi) exemplifica bem as explicações correntes e alguns de seus problemas. Ele pode afirmar que esse campo estuda como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam umas com as outras. Ao estudar o tema do relacionamento, enumera alguns fenômenos: preconceito, agressão, altruísmo, atração. Surgem dois problemas: 1. parece evidente que qualquer um desses temas pode ser estudado por muitas outras áreas do conhecimento; 2. definir a psicologia social como a área que estuda certos temas não explica por que esses temas deveriam estar compreendidos nesta área.

Neste mesmo manual, encontramos três outras possibilidades explicativas: 1. “a maneira como as pessoas encaram e afetam umas às outras [...] é disso que a Psicologia Social trata” (MYERS, 2000, p. 2). Trata-se aqui dos temas do pensamento e da influência social; 2. “a Psicologia Social é uma ciência que estuda as influências de nossas situações, com atenção especial para a maneira como encaramos e afetamos uns aos outros” (MYERS, 2000, p. 1). Apesar de incluída no tema da influência, a tônica aqui é o poder da situação, o que parece apontar para uma sutil distinção em relação à primeira definição; 3. ao contrário dos sociólogos, com quem compartilham o interesse pelo fenômeno dos grupos, “a

maioria dos psicólogos sociais estuda indivíduos – como uma pessoa pensa sobre os outros, é influenciada pelos outros, ou se relaciona com os outros” (MYERS, 2000, p. 3). Dessas três definições, concluímos que se trata de uma área do conhecimento que estuda o poder da situação social sobre o indivíduo.

Seria uma definição simples e mais completa que a fórmula da relação entre psicologia e sociologia, não fosse a dificuldade representada pela palavra “indivíduo”. Não está claro nesses casos o que significa o “indivíduo” sobre o qual se fala, e a palavra é usada como um significante relacionável univocamente com um objeto do mundo: “aquela” pessoa individual, “aquele” ser humano que ali está, um “indivíduo” – um ser humano individual, ou seja, “singular, separado e distinguível”, “sinônimo de pessoa ou ser humano” (VELHO, 1987, p. 591). No entanto, as palavras têm sua história e este termo tão livremente definido carrega o peso de séculos de reflexão. Isso porque “indivíduo” comporta um viés específico pelo qual se diz algo “daquele” ser humano. É bem sabido que a palavra significa, etimologicamente, “indivisível”, e é a tradução latina do termo grego *ἄτομον*, “átomo”. Desta forma, encontra-se já nas origens da filosofia com Demócrito. Está envolvida em uma longa discussão filosófica a respeito da possibilidade real de se conhecer racionalmente um indivíduo singular – ou seja, conhecer suas determinações. Se as determinações que permitem conhecer um gênero podem ser enumeradas – os mamíferos, por exemplo –, conhecer uma espécie exige lançar mão de um número bem maior de determinações – o *homo sapiens sapiens*, por exemplo – a fim de distingui-la de outras espécies. Conhecer um indivíduo e distingui-lo de todos os outros indivíduos exigiria lançar mão de infinitas determinações, tornando impossível conhecê-lo racionalmente.

A aplicação desta palavra aos seres humanos, porém, é bastante recente e data do período da Modernidade, quando a noção de indivíduo como base da sociedade torna-se representação social – a aplicação da palavra para designar o ser humano singular data do século XVII. O conceito de mônadas de Leibniz oferece um “modelo conceptual para a visão individualista do homem concreto na sociedade burguesa” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 46). Neste sentido, implica uma forma específica pela qual a humanidade ocidental passou a ver a si mesma: “o indivíduo surge, de certo modo, quando estabelece o seu eu e eleva o seu ser-para-si, a sua unicidade, à categoria de verdadeira determinação” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 52). É, portanto, a consciência de sua singularidade frente a todos os outros seres humanos que define alguém como indivíduo. Essa consciência só pode existir em certas condições sociais, aquelas nas quais o todo social se estrutura a partir da ação aparentemente livre e autônoma dos agentes sociais e que se consolida com a economia da livre concorrência no século XIX. Deste modo, o indivíduo é um produto de certas condições sociais.

O século XIX viu surgir uma área dedicada a estudar este objeto: a psicologia científica, que, em sua primeira forma, a psicofísica (FECHNER, 1966), já em 1860 visava estudar os “fenômenos internos” – de fato, uma característica do indivíduo burguês é a ênfase em sua vida interna, sua subjetividade ou consciência, e os processos psicológicos são aqueles que atuam “no íntimo do indivíduo” (FROMM, 1983, p. 10). A psicologia surge como uma área do conhecimento voltada para entender o indivíduo e sua subjetividade, e grande parte das suas disputas teóricas tem caráter metodológico: como acessar esses fenômenos cientificamente? Este ponto é corretamente sintetizado por Skinner (1963): “de qualquer forma, o problema de como alguém pode conhecer o mundo subjetivo de outro tem que ser enfrentado. Além da questão do que ‘conhecer’ significa, o problema é a acessibilidade” (p. 952). Ninguém pode “ver” o mundo interno de outro e até hoje se discute qual a melhor forma de conhecê-lo. Esta busca determina a origem deste campo do conhecimento e o unifica, pois cada uma das abordagens teóricas da psicologia vai tentar responder de forma singular à necessidade de definir os métodos de acesso à subjetividade. Deste ponto de vista, nossa individualidade não é imediata ou naturalmente “dada”, e é, ao contrário, o fruto de um laborioso processo histórico. Face ao “indivíduo” empiricamente dado, “àquele” ser humano que está ali, o “indivíduo” da psicologia pressupõe uma complexa abstração. O que vemos empiricamente são corpos que se movem, falam, agem em conjunto com outros objetos animados ou inanimados. É apenas por um processo intelectual sofisticado que retiramos desse fenômeno empírico uma característica, seu mundo interno, que, segundo supõe parte da psicologia, determina-o. Quanto desta individualidade deve-se a seus aspectos naturais ou sociais resta para ser definido, e talvez não se possa fazê-lo de uma vez por todas: se algo de nossa individualidade tem caráter social, a relação entre indivíduo e sociedade deve mudar com as transformações sociais. Por consequência, os aspectos naturais do indivíduo – o indivíduo como um ser biológico – também pressupõem uma abstração.

Todas as ciências humanas e sociais abstraem deste fenômeno empiricamente dado um conjunto de aspectos que elegem para estudar. Horkheimer e Adorno (1973, p. 45), por exemplo, afirmam que “o que há de específico na sociologia não são os seus objetos, que também estão presentes [em] outras ciências, mas a ênfase que dá sobre o objeto, isto é, a relação entre todos esses objetos e as leis da socialização”. O mesmo se pode dizer da antropologia, da economia, da linguística, da ciência política, da demografia e da geografia humana, cada uma investigando uma específica determinação do fenômeno humano. Surge deste conjunto, porém, uma necessidade que ocasionalmente aparece de forma explícita, e aqui cito os exemplos de dois livros. Os editores do livro *Modernity and Self-Identity* (GIDDENS, 1991b), que examina o tema da

identidade psicossocial na Modernidade Tardia, fizeram constar na contracapa dois elogios significativos. O primeiro, da revista *New statesman and society*, afirma que este livro “supre o link psicológico que faltava na obra cada vez mais substancial [do sociólogo] Anthony Giddens”. O segundo, do professor Dennis Wrong da Universidade de Nova Iorque, elogia como um “avanço intelectual real ter um teórico social desta envergadura revivendo o estudo central mas longamente ignorado da [relação entre] personalidade e cultura, caráter e sociedade”. De forma semelhante, o prefácio de Lucia Coelho (2007) ao livro *Estrutura social e dinâmica psicológica*, de Ruy Coelho (2007), afirma que “todo estudioso do comportamento humano [...] busca [...] esclarecimentos sobre o modo de articulação entre as normas e valores coletivos e os processos psicológicos” (COELHO, L., 2007, p. 7). De maneira especialmente significativa, ela afirma que “a junção do social e do psicológico cessa de ser um mistério se admitirmos que indivíduo e sociedade apenas se distinguem pela abstração que se opera na elaboração de modelos teóricos” e que “é preciso ter em mente que a ação humana é essencialmente una, incluindo em seu bojo atributos sociais e biológicos que a constituem” (p. 16). A necessidade de *articulação* entre as várias ciências sociais é, às vezes, entendida como a busca por uma ciência do social, a busca de “um conceito comum a todas essas ciências [...] uma tentativa de unificar as disciplinas enumeradas” (KOLB, 1987, p. 184), e deve ser distinguida da busca por *intercâmbio*, no qual as ciências sociais permanecem como campos separados do conhecimento e que prevaleceu em certo momento da história (KOLB, 1987, p. 186). O esforço característico da psicologia social não se define por seus temas, que, segundo Farr (2001), Wundt já entendia como coincidentes com os de outras ciências sociais:

No início da era moderna da psicologia social, os objetos de estudo da *Völkerpsychologie* de Wundt, isto é, a língua, a religião, os costumes, o mito, a magia e fenômenos similares era, em geral, pensados como sendo objetos de estudo de outras ciências, como a linguística, a sociologia e a antropologia (FARR, 2001, p. 56).

Esta necessidade de articulação entre as diversas áreas do conhecimento aparece claramente em um manual de psicologia social como o de Asch (1972). Mas os termos que ele utiliza talvez não sejam os melhores:

o indivíduo é o ponto de interseção de quase tudo que influi na esfera social. Podemos, por conveniência, dividir nosso interesse e concentrar-nos numa fase determinada do processo social – a econômica, a política ou a religiosa. Mas estas fases são apenas aspectos dos homens (p. 12).

Talvez esses termos se expliquem por sua concepção, segundo a qual a psicologia “ocupa, no estudo do homem, uma posição ímpar e de comando [...] o que a física é para as ciências naturais, a psicologia é para as ciências humanas” (ASCH, 1972, p. 12). Sendo a psicologia a ciência do indivíduo, e sendo esta a responsável última pela articulação entre as ciências humanas, o ponto em que elas se articulam deve ser o indivíduo. Mas a forma como ele entende a palavra “indivíduo” parece excessivamente ampla, considerando sua etimologia, e, conseqüentemente, inadequada para expressar o objeto resultante da síntese das diversas ciências humanas e sociais – a ciência que estuda o indivíduo não pode ser responsável por esta articulação.

Se buscamos o objeto concreto resultante das várias ciências humanas, entendendo o concreto, aqui, da mesma forma que Marx (1987):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (p. 16).

Devemos buscá-lo em uma área do conhecimento que não seja uma das diversas ciências sociais, mas que seja o campo em que elas se articulam. Os trabalhos que buscam tal articulação devem ter caráter interdisciplinar, muitas vezes, ensaístico, refletindo o fato de que este esforço é sempre a síntese parcial, inacabada, do conjunto das disciplinas que os alimentam. Novamente, Lucia Coelho (2007) o diz claramente: todo estudioso do comportamento humano busca compreender como se articulam os valores coletivos e “os processos psicológicos atuantes em cada ser humano concreto” (p. 7). Além disso, ela segue: “o principal interesse desse livro [*Estrutura social e dinâmica psicológica*] decorre, sobretudo, do fato de ele focalizar suas exposições e comentários críticos nas encruzilhadas entre diferentes áreas do conhecimento” (COELHO, L., 2007, p. 7). Com as ressalvas já feitas ao termo “psicologia”, o desafio é apresentado por Asch (1972, p. 12): “a tarefa nuclear da psicologia humana é formular uma *teoria do homem* fundamentada na observação direta e no estudo da ação e da experiência humanas, na sua relação com o meio físico e social” e que aparecerá “como fundamento de todas as disciplinas sociais” (p. 12). Este esforço, sem anacronismos, recebeu de Wundt o nome de *psicologia dos povos* e, em seguida, de psicologia social. Isso é o que se pode depreender da análise de Farr (2001). Segundo ele, para Wundt, a psicologia era apenas em parte, um ramo das ciências naturais (FARR, 2001, p. 40) e a mente, em suas manifestações externas, de caráter cultural, era em parte um objeto das ciências sociais (FARR, 2001, p. 42):

Os processos generativos implicados na produção de fenômenos mentais coletivos, tais como a linguagem, são interacionais e, conseqüentemente, sociais [...] Um [projeto] – a psicologia social – não podia ser reduzido ao outro – psicologia fisiológica. Um se referia à comunidade de pessoas (um *volk* – povo), enquanto o outro se referia ao indivíduo (Farr, 2001, p. 46).

Por isso, a psicologia social merece ser considerada uma subárea da psicologia tanto quanto de qualquer outra ciência social ou humana.

A relação entre psicologia social e história, conseqüentemente, tem caráter logicamente necessário se, concordando com os pressupostos apresentados por Dilthey em 1883 para o projeto de uma ciência social, entendermos que “a disciplina central desse projeto era a história, e a mente humana era concebida em termos históricos” (FARR, 2001, p. 43). Wundt também parece ter, segundo Farr (2001), extraído de sua psicologia dos povos a conseqüência de que “a mente, nesse contexto, é [...] claramente um fenômeno histórico” (FARR, 2001, p. 46). Partindo desta concepção, causa estranheza a comoção gerada por um trabalho como o de Gergen (2008), que defende que a psicologia social é uma área do conhecimento diretamente relacionada à história, e uma explicação plausível é apresentada por Gouveia (2015), para quem o trabalho “teve repercussão por ter sido publicado no periódico mais importante da área: *Journal of Personality and Social Psychology*” (p. 492).

Uma conseqüência dessas características da psicologia social é o fato de que ela aparece como uma área central e marginal, forte e fraca, onipresente e esquecida. É, por assim dizer, uma não disciplina, a caixa de vácuo das ciências humanas e sociais. Por isso é tão elogiada e tão deplorada, tão importante e tão desprezada. Localiza-se numa espécie de “campo minado” (DE QUEIROZ JR., 2007), sempre sob suspeição: “livre de intolerância ou desconfiança em relação à psicologia, [Ruy Coelho] reconhece as contribuições das grandes correntes psicológicas...” (DE QUEIROZ JR., 2007). Como bem notam Tassara e Ardans (2007), Florestan Fernandes aponta-o claramente:

A psicologia social constitui uma matéria híbrida situada num ponto de confluência da psicologia, da sociologia e da antropologia. Embora ela seja fundamental para cada uma destas ciências, a problemática específica da sociologia se define além e acima desse campo híbrido, marginal e necessariamente interdisciplinar (FERNANDES, 1975, p. XI).

Seu objetivo deve ser o de buscar as sínteses possíveis em cada momento entre as diversas disciplinas humanas e sociais. Por isso, jamais cessamos de nos perguntar por seu objeto e jamais conseguimos responder adequadamente a esta pergunta.

A existência da psicologia social justifica-se por alimentar e alimentar-se de todas essas disciplinas. Sob a perspectiva de uma crítica social do conhecimento, as diversas disciplinas científicas que estudam o ser humano podem bem expressar a cisão real de seu objeto num momento em que o capital, e não a humanidade, é sujeito da história. Também expressam uma condição na qual as diversas esferas sociais da cultura, da economia, do direito, da privacidade, encontram-se cindidas e autonomizadas, do que bem servem de exemplo tanto a discussão de Marcuse (1973, p. 144) sobre a separação entre ética e epistemologia quanto a discussão de Giddens (1991a, p. 39) ”title”: “As consequ\u00eancias da modernidade”, “type”: “book”}, “locator” : “39”, “suppress-author”: 1, “uris”: [“http://www.mendeley.com/documents/?uuid=a2b0fa47-b9c8-43b3-ab37-99809c6ec958”]]], “mendeley”: {“formattedCitation”: “(1991a, p. 39 sobre o caráter reflexivo da modernidade. Significa que a síntese dessas várias ciências, sendo possível apenas no momento em que tais esferas articularem-se na vida social real, tem algo de utópico. Convém frisar: uma psicologia social, no sentido aqui defendido, só será possível quando – e se – o projeto iluminista da emancipação por meio da razão se realizar. Talvez por isso o objeto concreto fruto desta síntese não deva, ainda, apresentar um nome reconhecível.

Referências

- ADORNO, T. W. Sobre sujeito e objeto. In: ADORNO, T. W. (Ed.). *Palavras e sinais: modelos críticos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 62-75.
- ASCH, S. E. *Psicologia social*. Dante Moreira Leite e Mirian Moreira Leite, Trans. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1972. Disponível em: <<http://www.amazon.com/dp/B001IKWLW6>>. Acesso em:
- COELHO, L. Prefácio. In: *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 7-20.
- COELHO, R. *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DE QUEIROZ JR., T. Contracapa. In: *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FARR, R. M. (2001). *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FECHNER, G. *Elements of psychophysics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

- FERNANDES, F. *Comunidade e sociedade no Brasil*. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- FROMM, E. *O medo à liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GERGEN, K. J. A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 475-484, 2008. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300018>>. Acesso em:
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 5. ed. São Paulo: UNESP, 1991a.
- _____. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Stanford Calif.: Stanford University Press, 1991b.
- GOUVEIA, V. V. Psicologia social como ciência e prática: o que pensam pesquisadores brasileiros? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 4, p. 491-500, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/0102-37722015042306491500>>. Acesso em:
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (Ed.). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- KOLB, W. L. Ciências Sociais. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 184-6.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, K. Introdução [à crítica da economia política]. In: GIANNOTTI, J. A. (Ed.). *Marx*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 3-25. (v. I).
- MYERS, D. *Psicologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- SKINNER, B. F. Behaviorism at Fifty: The rapid growth of a scientific analysis of behavior calls for a restatement of the philosophy of psychology. *Science*, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963. Disponível em: <<http://doi.org/10.1126/science.140.3570.951>>. Acesso em:
- TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social. *Revista Psicologia*

Política, v. 7, n. 14, 0, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200008&nrm=iso>. Acesso em:

VELHO, O. G. Indivíduo. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 591.